

Boletim Informativo

Ministério da Economia e Finanças

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Junho de 2021 - Edição nº 87 - www.mef.gov.mz



EM FOCO

PÁG. 3



Falar da Política Nacional da População é referir-se aos Objectivos de Desenvolvimento do nosso País

- Adriano Maleiane

DESTAQUE

PÁG. 4

Vice-Ministra da Economia e Finanças na Reunião de Alto Nível sobre emprego





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

CARTA DE SERVIÇOS

Natureza

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

Missão

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

Visão

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

Valores

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

Serviços Essenciais

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguros e de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação da Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.

Falar da Política Nacional da População é referir-se aos Objectivos de Desenvolvimento do nosso País

- Adriano Maleiane

Por: Lucrecia Nhabomba



O Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane disse em Maputo, que é crucial que os níveis de desenvolvimento do País estejam de acordo com os anseios da população. O pronunciamento foi feito durante a Conferência sobre a Política Nacional da População no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano.

Para Maleiane, o evento vai trazer reflexões que servirão de guião para que o Governo tome medidas concretas, em tempo real para o alcance de alguns indicadores básicos para a melhoria das condições de vida de toda a população moçambicana.

“O conceito de população exprime a ideia de que é preciso criar condições para que este conjunto de indivíduos tenha acesso às necessidades básicas para a sua sobrevivência. Falar da política nacional da população é referir-se aos objectivos de desenvolvimento do País. Neste contexto, o Governo está preocupado em criar condições básicas para que o povo moçambicano tenha uma vida estável, segura e próspera” disse o gover

nante.

Intervindo na Sessão de Abertura, o Primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário, lembrou que Moçambique é um País em construção, por esta razão todos os seus cidadãos e amigos são convidados a dar o seu contributo multifacetado para que, com ideias, participação e inclusão, possam construir um País próspero e inclusivo.

È neste espírito que o Governo promove hoje a reflexão sobre a Política Nacional da População, para em conjunto construirmos um entendimento e uma plataforma de diálogo sobre os desafios de desenvolvimento que se impõem ao País, disse o Governante acrescentando que, um dos principais reptos que actualmente se impõe ao País é o rápido crescimento populacional que exige do Governo, Sociedade Civil e Parceiros, esforços redobrados para suprir as necessidades cada vez crescentes da população nas várias áreas.

"Este facto é confirmado pelo aumento da taxa de crescimento populacional, que passou de 2,4% em 2007 para 2,8% em 2017, ocasionando um aumento de cerca de 8 milhões de habitantes num

período de 10 anos, o que representa o dobro do aumento populacional registado no período de 1997 a 2007".

Por seu turno, o Representante Adjunto em exercício no Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Eduardo Celades reiterou a parceria entre a sua instituição e o Governo de Moçambique por isso, o Fundo trabalha com as autoridades locais e parceiros para aumentar a disponibilidade e o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Ademais, a Agência das Nações Unidas colabora na elaboração da Política Nacional da População por forma a harmonizar as dinâmicas demográficas e os processos de desenvolvimento, adoptando mecanismos de planificação sensíveis às variáveis populacionais tais como, a fecundidade, a migração e a mortalidade para que estas encontrem resposta cada vez melhor nas políticas públicas de promoção do bem-estar.

A terminar, a vice-ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira destacou a promoção da igualdade, empoderamento da mulher e equidade de género como sendo prioridades do Governo, acreditamos que as ilações que saíram deste encontro irão dar valiosas contribuições às acções relativas ao combate da pobreza, empoderamento da mulher, focando principalmente os desafios existentes no que tange aos estereótipos de género que negam oportunidades iguais às mulheres e raparigas, concluiu.

Vice-Ministra da Economia e Finanças na Reunião de Alto Nível sobre emprego

Por: *Lucrecia Nhabomba*

A Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira participou em Maputo, na reunião organizada pela Secretaria de Estado da Juventude e Emprego (SEJE).

No encontro de um dia, Louveira falou do Plano de acção da política de emprego, sua contribuição para a realização do dividendo demográfico em Moçambique.

Relativamente ao emprego Louveira referiu que Moçambique, por um lado, na qualidade de membro das Nações Unidas subscreeveu os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e realiza esforços através do PQG 2020-2024 para o alcance das metas acordadas, desenvolvendo e operacionalizando uma estratégia global para o emprego dos jovens.

Por outro, implementa o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho e está igualmente na protecção e promoção de ambientes de trabalho seguros para todos os trabalhadores. Há que reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação, até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, frisou.

No que concerne ao enquadramento do emprego nos instrumentos de Planificação, a dirigente disse que a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2020 - 2040), preconiza a



transformação estrutural da economia para melhor aproveitamento das potencialidades do País. Carla Louveira reconhece igualmente a necessidade de investir em áreas intensivas em mão de obra, isto é, na agricultura e em infra-estruturas.

O Programa Quinquenal do Governo (2020 - 2024), tem como segunda Prioridade o crescimento Económico, a produtividade e a geração de emprego, “adoptar uma economia mais diversificada e competitiva, intensificando os sectores produtivos com potencial para elevar a geração de mais oportunidades de emprego, sobretudo, para jovens”, concluiu.

Por seu turno, o Secretário de Estado da Juventude e Emprego, Oswaldo Petersburgo, centrou a sua intervenção no mapeamento da situação de emprego, no país, e enfatizou que a tendência de emprego, desde 2015 até a actualidade, não é uniforme, havendo momentos bons e maus, no entanto, foi possível criar 1.8 mil empregos durante os cinco anos de governação.

O encontro que decorreu, de forma presencial e virtual, apreciou a situação política, social e económica do País. Pela magnitude do evento, a cerimónia de abertura foi presidida pelo Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho Do Rosário.



DARG Recebe Material de Protecção e Higienização

Por: Fenias Zimba

Teve lugar ontem, 18 de Maio de 2021, nas instalações da Polícia de Guarda Fronteira, no Posto Administrativo de Ressano Garcia, Distrito de Moamba, a cerimónia de entrega de material de protecção individual contra a Covid-19 à Delegação Aduaneira de Ressano Garcia (DARG).

O evento, presidido pelo Director de Normação e Procedimentos Aduaneiros, Algy Ali, em representação do Director Geral das Alfândegas, contou com a presença da Nuala O'Brien, Embaixadora da República da Irlanda em Moçambique, da Sarah Love, Directora Adjunta para Área de Desenvolvimento, Alto Comissariado Britânico (BHC), e Frank Matsaert, Presidente do Conselho de Administração da Trade Mark East Africa. Este evento será replicado na cidade de Tete no dia 27 do corrente mês para cobrir as fronteiras de Calomue e Zobue com a República de Malawi.

A doação é feita no contexto da implementação do Programa “Comércio Seguro” pela Autoridade Tributária de Moçambique (AT), em parceria com a Trade Mark East Africa, e financiado pelo Canadá, Irlanda, Holanda e Reino Unido. Esta doação é uma componente chave deste programa, que foi lançado para responder à rápida propagação da pandemia COVID-19, que resultou no encerramento de fronteiras.

Outras intervenções do programa incluem: estabelecimento de sistemas e procedimentos comerciais robustos para apoiar o desembaraço e trânsito eficazes e eficientes de mercadorias; o desenvolvimento e implementação de protocolos relevantes para melhorar o



comércio eficiente e seguro; disseminação das directrizes operacionais da SADC sobre COVID-19 nas fronteiras; apoio a comités conjuntos de gestão de fronteiras para uma melhor interpretação e implementação das directivas COVID-19; combate ao estigma e o assédio das mulheres no comércio transfronteiriço.

No seu discurso de abertura, Algy Ali, agradeceu pelo material oferecido pela Trade Mark East Africa, e garantiu que o mesmo ajudará bastante, na prevenção da Covid-19. Também parabenizou a todos os funcionários afectos às fronteiras nacionais, pelo cumprimento dos seus deveres patrióticos, apesar da pandemia e instou-os a continuarem a observar as medidas de protecção e higienização orientadas pelas unidades sanitárias com vista a conter a propagação do vírus.

Por sua vez, Nuala O'Brien, reiterou o compromisso da Irlanda de continuar a apoiar os esforços das

autoridades moçambicanas de garantir a segurança sanitária das pessoas, em geral, e dos comerciantes, em particular, sobretudo para os pequenos comerciantes maioritariamente constituídos por mulheres que podem ser directamente afectados pela propagação da pandemia.

Sarah Love, reiterou o compromisso do Alto Comissariado Britânico com a facilitação do comércio, redução de barreiras ao comércio e melhoria do ambiente de negócios. Testemunhou ainda o sucesso do Trade Mark East Africa na facilitação do comércio em vários países africanos através da operacionalização de projectos de Fronteira de Paragem Única na Fronteira, implementação de modelos de Gestão Integrada de Fronteiras e estabelecimento de Fronteira Única para facilitar o pagamento de direitos no país de destino enquanto as mercadorias ainda estão no primeiro ponto de entrada.

Por último, Matseart agradeceu a

colaboração da AT e financiamento dos parceiros de cooperação para viabilizar o programa “Comércio Seguro” e garantir que o comércio internacional seja feito de forma segura. Referiu ainda que Trade Mark East Africa está a trabalhar com o Governo de Moçambique no desenho de um Programa de Facilitação de Comércio orçado em US\$ 25 milhões por um período de 5 anos.

Após a entrega simbólica dos produtos de higiene e proteção contra Covid-19 pela TMEA à DARG, seguiu-se um workshop, que entre outros temas, serviu para debater matérias relativas às medidas adoptadas por Moçambique e pela AT para prevenir a propagação da Covid-19, directrizes operacionais da SADC contra a Covid-19, e a gestão coordenada de fronteiras, comércio transfronteiriço, particularmente realizado por mulheres; entre outras.

Estiveram presentes no workshop funcionários da AT, Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), Serviço de Inteligência e Segurança do Estado (SISE), Ministério da Indústria e Comércio (MIC), Instituto Nacional de Saúde (INS), Serviço Nacional de Migração (SENAMI), Polícia da República de Moçambique (PRM), Ministério da Saúde (MISAU), Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR) e estruturas locais.



Presidente da AT eleita PCA da Rede de Mulheres do Fórum das Administrações Tributárias Africanas

Por: Fenias Zimba

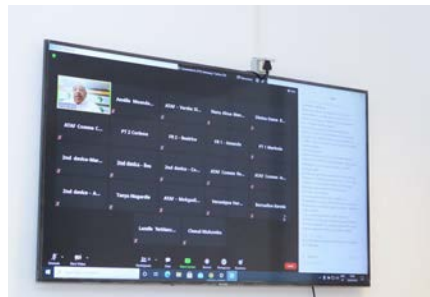


A Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Amélia Muendane, foi eleita Presidente do Conselho de Administração da Rede do Fórum das Administrações Tributárias Africanas (ATAF), hoje, dia 12 de maio, para um mandato de dois anos. O acto, que ocorreu em videoconferência, teve lugar na primeira reunião da Assembleia Geral da Rede, cuja sessão de abertura foi dirigida pelo Secretário Executivo da organização continental, Logan Worth, convocada para apreciar, para além da eleição da Presidente e Vice-presidente da Rede, os correspondentes Termos de Referência; o elenco directivo bem como os objectivos, os pormenores de adesão, os órgãos de gestão e o respectivo programa de actividades para 2021 – 2022.

A Rede africana de mulheres tributárias foi formalmente lançada a 23 de Março corrente, com a missão de proporcionar um ambiente único para as mulheres relacionadas com a fiscalidade em África para colaborar, desenvolver e sensibilizar a interconectividade da política fiscal e a igualdade de género.

No seu discurso inaugural, a ora eleita Presidente da Rede do ATAF de Mulheres no domínio tributário comprometeu-se a dedicar energias e saberes em prol da causa das administrações

tributárias africanas, continuando a investir na formação técnico-profissional, a romper barreiras impostas pela sociedade, a aprender continuamente, acreditando no poder de uma visão colectiva e, ainda, partilhar experiência na representatividade das mulheres nas Administrações Tributárias, fomentando a equidade de género e a representatividade em cargos de direcção.



Muendane assegurou que usará a plataforma para fortalecer o diálogo inter-africano de mulheres tributárias como veículo para o despertar das mentes e do potencial feminino para os desafios da mobilização de recursos para as economias rumo à transformação económica e social. A candidatura de Amélia Muendane foi, igualmente, movida pelo interesse de observar a diversidade linguística como factor relevante no aprofundamento das relações entre os Estados membros, enaltecendo a tributação como um instrumento importante no arsenal dos países em desenvolvimento para assegurar um financiamento sustentável.

No encontro em alusão, igualmente, ficou patente, que com o seu elenco, continuará a promover a parceria com os homens na gestão dos processos de desenvolvimento das administrações tributárias; estimular o espírito de interajuda para assegurar a rápida transformação das mulheres africanas e o seu apoderamento, fazendo da Rede africana de mulheres tributárias um mecanismo de interacção, troca de conhecimentos e auto-promoção, na perspectiva de consolidação de administrações tributárias livres da discriminação baseada no género.



MEF capacita Sectores Sociais em MOZMOD

Por: Luis Tobela



O Ministério da Economia e Finanças através da Direcção Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento (DNPED) em parceria com o Instituto Mundial da Universidade das Nações Unidas para Pesquisa em Economia do Desenvolvimento (UNU-WIDER) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizaram um retiro para a produção de policy brief usando o MOZMOD, de 6 a 11 de Junho de 2021 em Macaneta, Província de Maputo.

O encontro tinha como objectivo, discutir e produzir modelos de reformas em políticas de benefícios fiscais e sociais com o aplicativo de simulações do MOZMOD. O modelo de microsimulação fiscal e de benefícios sociais, usa informação existente nas bases de dados representativas dos inquiridos sobre a característica dos agregados familiares, rendimentos e despesas, ao mesmo tempo faz uma análise pormenorizada da legislação fiscal e de benefícios e contribuições sociais.

Falando na abertura do evento, a Directora Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento

Enilde Sarmento, disse que com o MOZMOD, Moçambique tem de entre outras ocasiões, a oportunidade de modelar e documentar as reformas sobre políticas fiscais combinando com benefício social, político, bem como o subsidio de agricultura.

Sarmento disse ainda que o MOZMOD é uma ferramenta altamente versátil e fácil de usar, tanto para os decisores políticos como para os investigadores. “As simulações de reforma política no MOZMOD podem incluir uma prestação universal para crianças e

idosos bem como simular o número de beneficiários e analisar as características dos potenciais beneficiários, e estimar os efeitos no orçamento, incluindo, como as taxas de imposto poderiam ser aumentadas para compensar as despesas adicionais para a protecção social”.

Para a dirigente, o MOZMOD faz parte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no MEF em cooperação com a Southern Africa for Social Policy Research Insights (SASPRI) no contexto do projecto SOUTHMOD. A pesquisa procura explorar as relações das disposições fiscais e formas de se ter uma protecção social das famílias pobres e vulneráveis e olhar para o impacto distributivo de implementar os diferentes programas de acção social.

Para além da DNPED, participaram no evento técnicos da Autoridade Tributária de Moçambique, do Instituto Nacional de Previdência Social, Ministério do Género, Criança e Acção Social, Instituto Nacional de Acção Social (INAS, IP), Instituto Nacional de Estatística e Ministério do Trabalho através do Instituto Nacional de Segurança Social.



Tudo Apostos para o Arranque da Avaliação de Meio-Termo do PEDPM 2015-2024

Por: Evinilde Fernanda

O Serviço Provincial da Economia e Finanças de Maputo (SPEFM) em parceria com a Agência Andaluza de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AACID) organizou, no distrito de Boane, uma formação sobre Metodologias de Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento e Avaliação dos Instrumentos de Planificação de longo prazo.

A acção visava preparar os planificadores da província para o processo de avaliação do primeiro ciclo (2015-2020) de implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Província de Maputo (PEDPM) e elaboração da Matriz Operacional do instrumento para o segundo ciclo 2020-2024.

Intervindo durante o encontro, o Director do SPEFM, Paulino Naife,



referiu que o momento é oportuno para avaliar a actual situação e o progresso das acções programadas no PEDPM, bem como ajustá-lo ao Plano Quinquenal do Governo 2020-2024.

“A avaliação de meio-termo tem um papel importante na consolidação do PEDPM, na medida em que possibilitará aferir a materialização da visão deste instrumento norteador do desenvolvimento socioeconómico da província de Maputo. De igual modo, urge a actualização da Matriz Operacional

do Plano 2015-2019 de modo a assegurar que as acções estejam sincronizadas com o período de governação 2020-2024”, mencionou o dirigente.

Naife destacou ainda que, com a realização da capacitação estão criadas as condições para o arranque da avaliação da implementação do Plano e elaboração da Matriz Operacional 2020-2024, tendo igualmente apelado o comprometimento de todos os intervenientes na concretização do objectivo.

“A avaliação de meio-termo tem um papel importante na consolidação do PEDPM, na medida em que possibilitará aferir a materialização da visão deste instrumento norteador do desenvolvimento socioeconómico da província de Maputo. De igual modo, urge a actualização da Matriz Operacional do Plano 2015-2019 de modo a assegurar que as acções estejam sincronizadas com o período de governação 2020-2024”, mencionou o dirigente.

No SPEFM Técnicos Capacitados em Instrumentos de Planificação

Por: Evinilde Fernanda

O Ministério da Economia e Finanças, através da Direcção Nacional de Monitoria e Avaliação (DNMA), em parceria com o Serviço Provincial da Economia e Finanças de Maputo (SPEFM) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), realizou, em todos os distritos da Província de Maputo, a capacitação sobre a metodologia para a realização da monitoria financeira e física, produção global e elaboração de relatórios e balanço do Plano Económico e Social (PES), no contexto da implementação do Programa de Promoção da Governação Descentralizada em Moçambique para o ano 2021.

A formação tinha dentre outros objectivos aprimorar os procedimentos para a realização de monitoria física e financeira dos projectos implementados a nível local bem como a difusão dos principais indicadores de monitoria e avaliação da acção governativa no quinquénio 2020-2024 e contou com a participação dos técnicos das Direcções Provinciais e das Secretarias Distritais que respondem pela área de Planificação.

Intervindo na ocasião, o Técnico do SPEFM, Renato Quintão, destacou que a implementação da nova estrutura de governação trouxe novos desafios ao processo de elaboração e execução do Plano Económico e Social (PES), o que desponta para a necessidade de uma maior articulação entre os dois órgãos de governação na Província, para a harmonização dos instrumentos de programação socioeconómica.



Quintão frisou ainda que o domínio dos indicadores do PQG 2020-2024 é premissa básica para a eficaz implementação, monitoria e avaliação dos instrumentos de gestão económica e social na província, sendo “ necessário intensificar as acções de capacitação por forma a assegurar que os técnicos tenham domínio das orientações para a elaboração e implementação dos instrumentos de planificação, monitoria e avaliação no contexto da governação descentralizada provincial ”, sublinhou.



ADZ e BNI em acompanhamento dos projectos financiados pelo FAE

Por: Ângela Santos e Benjamim Portugal

Uma equipa da Agência do Zambeze e do Banco Nacional de Investimentos (BNI) trabalham no Distrito de Gorongosa, em Sofala; Mutarara e Mágoè em Tete, com o objectivo de monitorar projectos financiados pela Linha de Financiamento ao Agronegócios e Empreendedorismo (FAE), uma parceria entre as duas instituições.

No Distrito de Gorongosa, os técnicos da Agência do Zambeze e do BNI visitaram 22 beneficiários, sendo 18 do FAE Emergência, criado para responder as necessidades pós ciclone Idai que fustigou severamente a zona centro do país e quatro (4) iniciativas de estudantes recém-graduados.

Na Província de Tete, a comitiva fiscalizou beneficiários do FAE Emergência e alguns proponentes ao financiamento para comercialização de milho, gergelim e feijão boer, nos Distritos de Mutarara e Mágoè.

A semelhança do trabalho nas Províncias de Tete e Sofala, a missão conjunta da Agência do Zambeze e do Banco Nacional de Investimentos (BNI), trabalha nos distritos de Milange, Maganja da Costa, Mocuba e Namacurra, na Província da Zambézia com o objectivo de fazer o acompanhamento dos projectos financiados pela Linha de Financiamento ao Agronegócios e Empreendedorismo (FAE).

A equipa manteve encontros com 11 beneficiários que actuam na comercialização de milho e feijões, no Distrito de Milange; cinco Beneficiários, sendo duas do FAE



Emergência Maganja da Costa; 15 Beneficiários com destaque para avicultura sendo nove de estudantes recém-graduados, em Mocuba; quatro empreendedores e duas micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e sete beneficiários ligados a produção de arroz e hortícolas de Namacurra.



ADZ e a UNIZAMBEZE atentos ao desenvolvimento do capital humano na vale do zambeze

Por: Ângela Santos e Benjamim Portugal

Reunidas recentemente na Cidade da Beira, a Agência do Zambeze a Universidade Zambeze (UNIZAMBEZE), discutiram uma visão comum para o desenvolvimento do capital humano no Vale do Zambeze.

O entendimento foi alcançado após encontros de avaliação global da parceria entre ambas instituições que dura desde 2013.

No evento, onde participaram o Director-geral da Agência do Zambeze, Roberto Albino, e o Reitor da UNIZAMBEZE, Bettencourt Capece, avaliaram o ponto de situação da implementação do Programa de Desenvolvimento de Competências Técnico-Profissionais e Empresariais no Vale do Zambeze bem como a necessidade de elaboração de um Plano Estratégico comum para o desenvolvimento do capital humano no Vale do Zambeze.

O Programa de Desenvolvimento de Competências é coordenado pela Agência do Zambeze, e alguns parceiros externos, e implementado por instituições de ensino superior e nível técnico-profissional nos sectores de agronegócios, cadeia de valor de sementes, gestão integrada de recursos hídricos, energias renováveis, segurança alimentar e formação vocacional.

A UNIZAMBEZE beneficiou-se deste programa através dos Projectos de Desenvolvimento e competências em Agronegócios (2014-2016), Desenvolvimento da Cadeia de Valor de Sementes (2015-2020), Gestão integrada de Recursos Hídricos – NICHE MOZ 266 (2017-2020) focado no reforço do saber fazer de docentes, estudantes e comunidades que abrangeu, especificamente, a Faculdade de Ciências Agrárias, em Angónia (Tete); Facul-



dade de Engenharia Ambiental e Florestal, em Mocuba (Zambézia), Faculdade de Engenharia Ambiental e Recursos Naturais, em Chimio (Manica) e Faculdade de Ciências e Tecnologia, na Beira (Sofala).

Para a materialização do Programa de Desenvolvimento de Competências Técnico-Profissionais e Empresariais no Vale do Zambeze foram alocados 76.1 milhões de meticais para reforço de actividades práticas, mobilidade de quadros e estudantes através da aquisição de diverso equipamento com destaque para quatro laboratórios de água, igual número de laboratórios de Tecnologias de Informação e Comunicação e sistemas de rega (aspersão e gota); dois laboratórios de sementes; dois kits de mecanização e sete viaturas.

Foram também investidos 15.4 milhões de meticais para realização de 12 Mestrados e três doutoramen-

tos; disponibilizados 5.3 Milhões de meticais para financiar a realização de 25 tópicos de investigação por acção, além de assegurar a participação de 401 docentes em diversas formações práticas de curta duração em Moçambique, Nepal, Quênia, Zâmbia e Holanda.

Na UNIZAMBEZE, o Programa de Desenvolvimento de Competências Técnico-Profissionais e Empresariais no Vale do Zambeze contribuiu, para: a revisão de oito cursos e acreditação de sete cursos de longa duração nas faculdades implementadoras; reforço da disponibilidade de quadros com especialidade em cerca de 36% de disponibilidade na UNIZAMBEZE com enfoque para os Doutoramentos que aumentou em cerca de 75% seguida de Mestrados (32%); melhoria das aulas práticas e condições de mobilidade para 1029 estudantes/ano.



e-SISTAFE Autárquico fase 2 já foi divulgado em Inhambane

Por: *Lucrecia Nhabomba e Orlando Govo*

Realizou-se na cidade de Inhambane o lançamento da expansão do Sistema de Gestão Autárquica (SGA) na componente do e-SISTAFE Autárquico, fase-2, para 13 novas Autarquias Locais, num projecto implementado conjuntamente entre os Ministérios da Economia e Finanças (MEF) e da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP), a Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM) e o Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF, IP), que está operacional desde Fevereiro de 2020 nas Autarquias de Maputo, Matola e Boane.

No Distrito de Gorongosa, os técnicos da Agência do Zambeze e do BNI visitaram 22 beneficiários, sendo 18 do FAE Emergência, criado para responder as necessidades pós ciclone Idai que fustigou severamente a zona centro do país e quatro (4) iniciativas de estudantes recém-graduados.

Na Província de Tete, a comitiva fiscalizou beneficiários do FAE Emergência e alguns proponentes ao financiamento para comercialização de milho, gergelim e feijão boer, nos Distritos de Mutarara e Mágoè.

O e-SISTAFE Autárquico é um produto “Made in Mozambique”, é inteiramente produzido por quadros do CEDSIF. Dentre outras vantagens, os dados processados no e-SISTAFE Autárquico, à semelhança do que acontece com o e-SISTAFE, são remetidos ao Banco de Moçambique por um canal de comunicação seguro ponto-a-ponto, com recurso e mecanismos próprios de encriptação de dados, o que confere segurança, confidenciali-



dade, tendo acesso entidades exclusivamente autorizadas.

A cerimónia foi orientada pelo Director do Gabinete da Secretária do Estado da Província de Inhambane, Ricardo Nhacuongue, em representação da Secretária do Estado, Ludmila Maguni, que ao intervir na ocasião, disse que o processo de descentralização ora em curso, aliado à necessidade de promoção do desenvolvimento local, ganha força com a operacionalização do e-SISTAFE nas Autarquias locais, uma vez que maximiza a sua capacidade de gestão e alocação dos recursos financeiros bem como da sua capacidade de resposta às



preocupações dos munícipes.

“Este constitui sem dúvida, um passo firme para promoção e materialização de um ambiente de desenvolvimento local equilibrado e sustentável. A adopção deste instrumento por parte das Autarquias locais ultrapassa o mero cumprimento da obrigação legal pois representa, por si só, a determinação e capacidade dos gestores e equipas técnicas das Autarquias locais, da ANAMM, do MAEFP, do MEF, Secretarias do Estado Provinciais, assim como dos Moçambicanos no geral, na resposta positiva à crescente necessidade de gestão criteriosa dos recursos públicos, cada vez mais exíguos no contexto actual da pandemia do COVID-19 e das adversidades que o país atravessa”, disse Ricardo Nhacuongue.

O Presidente do Conselho de Administração (PCA) do CEDSIF, Hermínio Sueia, dirigindo-se aos presentes, disse que a operacionalização do e-SISTAFE *Continua...*

Autárquico nas Autarquias locais constitui um ganho importante na maximização das oportunidades de melhoria dos processos e procedimentos da gestão financeira aliada à evolução das tecnologias de informação, contribuindo para maior eficiência na gestão da coisa pública. É este o ambiente no qual o e-SISTAFE Autárquico é operacionalizado e o CEDSIF manifesta o seu comprometimento em dar continuidade à sua expansão por forma a abarcar todos os Municípios existentes no país até o ano de 2024, introduzindo ainda novos módulos e funcionalidades que vão assegurar a melhoria da capacidade gerencial dos Municípios, tanto na componente de despesa, assim como na componente de arrecadação e contabilização da receita.

Sueia disse ainda que o e-SISTAFE Autárquico é um produto que orgulha os quadros do CEDSIF e dos Municípios que participaram na sua elaboração e operacionalização, “o percurso para a sua concepção, desenvolvimento e operacionalização foi longo, e confunde-se com a emergência do e-SISTAFE utilizado pelos Governos Central, Provincial e Distrital, cuja operacionalização iniciou em 2004”.

O PCA disse igualmente que a visão do CEDSIF foi que o e-SISTAFE Autárquico seja construído internamente para facilitar o processo de assistência técnica, operacional e de negócio às Autarquias, bem como a sua expansão a nível do território nacional, uma vez que o quadro legal, os processos e procedimentos que regem a gestão financeira das Autarquias, em todo o território nacional, é a mesma. “Assim, a sua disponibilização a partir de um Centro de Dados gerido pelo CEDSIF, e beneficiando de uma infraestrutura de comunicação que constituiu um investimento do Estado, as Autarquias, individualmente, poderiam benefi-

ciar de um mesmo produto, melhorando dessa forma a sua gestão financeira, com custos mínimos e maximizando-se a economia de escala. Ademais, o e-SISTAFE Autárquico, à semelhança do e-SISTAFE utilizado para a gestão financeira do Estado a nível central, provincial e distrital, é seguro, fiável e com potencialidade de rastrear todas as operações nele realizadas, o que permite e facilita a responsabilização de todos os intervenientes e daqueles que abusem dos privilégios que lhes são concedidos na qualidade de operadores ou utilizadores do sistema”, finalizou Sueia.

Na qualidade de anfitrião do evento, o Presidente do Conselho Municipal da Província de Inhambane, Benedi

to Guimino, disse ser fundamental adoptar todos os mecanismos desenhados pelo CEDSIF de modo a que o e-SISTAFE Autárquico seja um produto robusto na gestão das Finanças Públicas.

Refira-se que o e-SISTAFE Autárquico teve o seu lançamento oficial fase-1, em Fevereiro de 2020, no qual era operacionalizado em 3 Conselhos Autárquicos, nomeadamente, Maputo, Matola e Boane, com este lançamento, mais 13 conselhos Autárquicos nomeadamente, Inhambane, Maxixe, Xai-Xai, Chibuto, Dondo, Namatanda, Chimoio, Gondola, Mocuba, Nampula, Lichinga, Mandimba e Chiùre passam a contar com o sistema na execução das suas despesas.



Na IGF Auditores Internos Capacitados em Infracções Financeiras

Por: Francisca Mabote

A Inspeção-Geral de Finanças (IGF), em parceria com o Ministério Público capacita auditores internos sobre a qualificação das Infracções Financeiras.

Orientada pelo Ministério Público, a formação decorre de forma faseada em todo o País. A mesma, surge da necessidade de aumentar as competências dos auditores internos, e tem como objectivos capacitá-los em procedimentos de auditoria interna quando se constatarem indícios de cometimento de infracções financeiras, bem como de produção de relatórios e conteúdos a serem remetidos ao Ministério Público, no âmbito da interacção e ou dever de participação imposto por Lei, para a instauração das acções de efectivação da responsabilidade por infracções financeiras.



Intervindo no evento, o Inspector-Geral de Finanças, Emanuel Augusto Mabumo, disse ser crucial capacitar os auditores em matérias relacionadas com as infracções financeiras de modo a que se faça o uso transparente dos recursos públicos, pois, as ferramentas adquiridas são necessárias no exercício das suas tarefas. Neste encontro, vamos colher todo o

conhecimento que será partilhado. Os conteúdos transmitidos são fundamentais e vão permitir que tenhamos êxitos desejados nesta capacitação, disse o dirigente. Refira-se que para além da capacitação, o evento serviu igualmente, para a divulgação do Regulamento da Actividade de Auditoria Interna do Sector Público aprovado em Setembro de 2019.



Capacitação dos Auditores Sectoriais da Província de Manica

Por: Francisca Mabote



A Inspeção-Geral de Finanças (IGF) levou a cabo a capacitação dos Auditores Sectoriais da Província de Manica em matérias ligadas à Auditoria Interna e Divulgação do Regulamento da Actividade de Auditoria Interna do Sector Público aprovado pelo Decreto nº 81/2019, de 20 de Setembro;



A formação surge no âmbito do Projecto Pro-PALOP TL SAI II FASE, ano 2021, cujo objectivo é aumentar as competências técnicas dos auditores do Subsistema de Auditoria Interna, tendo em vista apoiar os gestores no uso transparente dos recursos públicos.

O seminário de capacitação foi presidido pelo Director dos Serviços de

Planificação, Coordenação e Supervisão da IGF, Dr. David Mandava, sendo que a cerimónia de abertura foi realizada pela Directora dos Serviços Provinciais da Economia e Finanças e a de encerramento teve a participação da Inspector-chefe da Delegação Provincial da IGAP-Manica.



Inhambane Avança na Plataforma SISTAFE e e-SISTAFE

Por: Zandamela e Naftal



O Parque Nacional de Arquipélago de Bazaruto beneficiou-se nos dias 14 a 18 do mês em curso, duma capacitação em matéria de SISTAFE e e-SISTAFE por forma a implementar de forma descentralizada a execução das suas despesas obedecendo a lei n° 14/2020 de 23 de Dezembro e demais dispositivos que normalizam a gestão financeira do Estado.

A Formação teve lugar na sala de formação do Serviço Provincial da Economia e Finanças e contou como formandos, o Administrador do Parque, o Gestor de Fundos e cinco (5) técnicos afectos àquela orgânica nas áreas de Contabilidade, Logística, Patrimônio e Secretaria Geral.

O Ordenador de despesas, na sua abordagem tecendo palavras de encerramento, pediu aos formandos e aos formadores *cultivem o hábito*

de se comunicarem com frequência, sem receio e incansavelmente, pois, juntos com interação permanente vão permitir que tudo seja feito dentro das normas estabelecidas por lei nesta fase embrionária da implementação do e-Sistafe nesta unidade, sublinhou.



CEDSIF-Niassa Promove transparência na gestão das Finanças Públicas

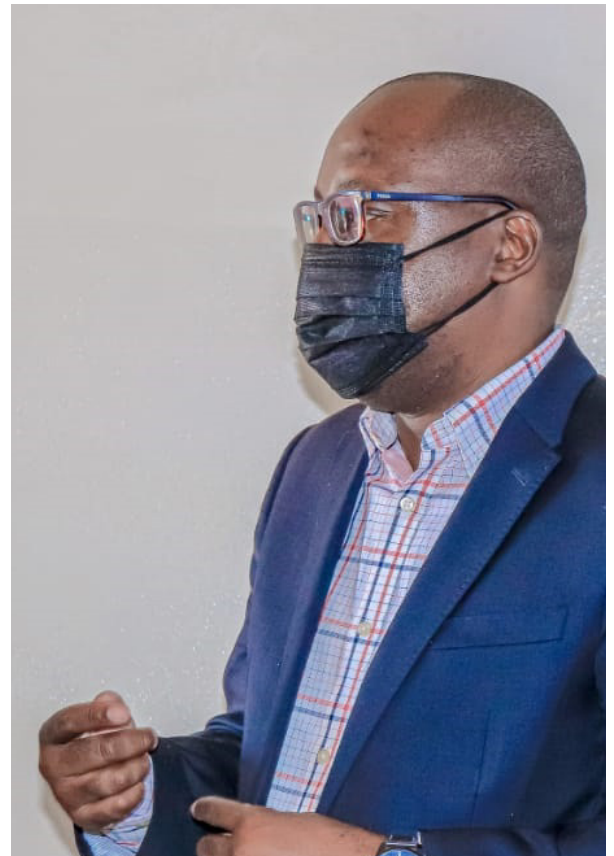
Por: Benessone Bonomar



Decorreu no dia 30 de Junho de 2021 no laboratório do *E-Sistafe* do Instituto Industrial e Comercial Ngungunhane na Província do *Niassa*, uma Capacitação dos Sectores Provinciais do Conselho Executivo Provincial no uso do Subsistema de Gestão de Investimento Público *(e-SNIP)*. A cerimónia foi aberta pelo, Diretor do Gabinete de Comunicação e Imagem do MEF, Alfredo Mutombene, antecedido pela intervenção do, Director Provincial do Plano e Finanças, Francisco Guerra. A Capacitação estava orientada pelos formadores de âmbito nacional do e-SISTAFE os senhores: Fausto Júlio Mafambisse e Armindo Manhiça, com objectivo de Preparar os Sectores Provinciais para o uso do subsistema de Gestão de Investimento Público (e-SNIP).

O evento contava com 13 representantes das direcções e 26 técnicos de planificação, 2 (dois) em cada direcção. Até o início do evento a sala já contava com 100% do número de representantes esperados e 19 panificadores, correspondendo 73,08% do número de panificadores esperados.

A capacitação reuniu directores provinciais e técnicos de planificação de todas as direcções do conselho executivo provincial do Niassa e também foi convidado o Director do Serviço Provincial da Economia e Finanças e sua equipa do Departamento de planificação e orçamento.



Castanha-de-cajú ajuda a diminuir o colesterol "mau" no organismo, revelam estudos

A castanha-de-cajú é o fruto do cajueiro e é uma excelente aliada da saúde por conter antioxidantes e ser rico em gorduras boas para o coração e em minerais como magnésio, ferro e zinco, que previnem anemia e melhoram a saúde da pele, das unhas e do cabelo.

Este fruto seco pode ser incluído nos lanches e nas saladas, pode ser consumido na forma de manteiga ou como ingrediente em outros preparos, devendo ser consumido em pequenas porções devido ao seu alto teor calórico.

Os benefícios da castanha de cajú se devem à presença de nutrientes importantes para a saúde do corpo, e incluem: Previne o envelhecimento precoce, já que é rico em antioxidantes como polifenóis, carotenoides e vitamina E, o que evita o dano dos radicais livres às células;

Previne doenças cardíacas, já que contém gorduras mono e poli insaturadas, fibras e antioxidantes que favorecem o aumento do colesterol "bom", o HDL, e ajudam a diminuir o colesterol "mau", o LDL;

Regula o açúcar no sangue, pois é rico em fibras que atrasam a absorção dos açúcares, evitando picos de glicemia, além de também ajudam a diminuir a secreção de insulina, sendo uma excelente opção para as pessoas com diabetes ou com resistência à insulina;



Melhora a memória, pois contém selênio, um micronutriente que atua como antioxidante e evita o dano que é causado pelos radicais livres às células do cérebro. Além disso, também contém vitamina E, que poderia ajudar a prevenir doenças como o Alzheimer e o Parkinson;

Previne ou melhora a depressão, já que é rica em zinco, o qual, de acordo com alguns estudos, é um mineral cuja deficiência foi associada a essa condição;

Reduz a pressão arterial, as dores no corpo, a dor de cabeça, enxaqueca e a fadiga muscular, já que é rica em magnésio e possui propriedades anti-inflamatórias;

Fortalece o sistema imune, pois contém zinco, vitamina E e A;

Previne a osteoporose, pois contém cálcio e fósforo, sendo esses minerais importantes para manter ou aumentar a densidade óssea;

Previne e trata a anemia, pois é rico em ferro e ácido fólico;

Mantém a saúde da pele, do cabelo e das unhas, pois contém cobre, selênio, zinco e vitamina E, nutrientes que são essenciais para proteger a pele.





É atravessando os momentos mais difíceis da sua vida que você vai conhecer o melhor de si e o pior de algumas pessoas.

Ana Maria Braga

REAJA COM
INTELIGÊNCIA
MESMO QUE
VOCÊ TENHA
SIDO TRATADO
COM IGNORÂNCIA

**A CERVEJA ESTÁ
MAIS BARATA QUE A
GASOLINA.**

**BEBA! NÃO
CONDUZA!**

Boletim Informativo

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

Informação ao Serviço das Finanças Públicas

Ficha Técnica

Gabinete de Comunicação e Imagem

DISP. REGº/GABINFO-DEC/2009

Director: Alfredo Mutombene

Edição e Desenho Gráfico: Emílio Fuel, Lucrecia Nhabomba e Tomás Mucache

Redacção: António Nhabanga, Lucrecia Nhabomba

Revisão: Carlos Macuacua

Colaboradores: Domingos Chapungo(ISSM), Calima e Maraneja (IGF), Francisco Chang (C. Maputo), Evinilde Fernanda (Província de Maputo) Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARP), Ussene Bay (Gaza), Naftal e Zandamela (Inhambane), Edgar Nhanale (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Znaide Bernardo (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), Augusto Salvador e A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Endereço: Av. 10 de Novembro, Caixa Postal, 272 Telefone nº (21) 327494 Fax nº (21) 315067



Ministério da Economia e Finanças

